

Plataformização e jornalismo local amazônico: tensões, desigualdades e singularidades territoriais¹

Ellen Fernanda Pinon²
Iarley da Silva Aquino³
Raila Vitoria Guedes de Souza⁴
Eudenise Lobato de Lima⁵
Raissa Cruz da Silva⁶
Danilo Borges e Silva de Araújo⁷
Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP

Resumo

O trabalho busca articular os estudos sobre jornalismo local digital e plataformização para compreender as especificidades do jornalismo amazônico em territórios marcados pelas desigualdades estruturais. Por meio de ensaio teórico, discute-se como a dependência das plataformas digitais reconfigura práticas, circulação e visibilidade do jornalismo local, considerando as condições históricas de exclusão informacional presentes na Amazônia. Argumenta-se que o Amapá constitui um caso paradigmático para pensar os efeitos da plataformização em contextos de fragilidade infraestrutural, contribuindo para ampliar o debate sobre jornalismo digital para além dos centros hegemônicos de produção acadêmica e midiática.

Palavras-chave

jornalismo digital; plataformização; jornalismo amazônico.

¹ Trabalho apresentado IIJ05 – Comunicação, cultura digital e tecnologias da Intercom Júnior – 22ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 49º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Acadêmica do curso de Bacharelado em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá. Integrante do Grupo de Pesquisa: Jornalismo digital em Macapá: práticas, formatos e circulação em contextos digitais. E-mail: ellenpinonsousa@gmail.com

³ Acadêmico do curso de Bacharelado em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá. Integrante do Grupo de Pesquisa: Jornalismo digital em Macapá: práticas, formatos e circulação em contextos digitais. E-mail: iarleyaluno2025@gmail.com

⁴ Acadêmica do curso de Bacharelado em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá. Integrante do Grupo de Pesquisa: Jornalismo digital em Macapá: práticas, formatos e circulação em contextos digitais. E-mail: raila.souza2017@gmail.com

⁵ Acadêmica do curso de Bacharelado em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá. Integrante do Grupo de Pesquisa: Jornalismo digital em Macapá: práticas, formatos e circulação em contextos digitais. E-mail: eudeniselobato@gmail.com

⁶ Acadêmica do curso de Bacharelado em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá. Integrante do Grupo de Pesquisa: Jornalismo digital em Macapá: práticas, formatos e circulação em contextos digitais. E-mail: raissacruzdasilva33@gmail.com

⁷ Professor Assistente do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Integrante do Grupo de Pesquisa: Jornalismo digital em Macapá: práticas, formatos e circulação em contextos digitais. E-mail: danieloborges@unifap.br

Introdução⁸

A expansão do jornalismo digital transformou profundamente as formas de produção, circulação e consumo da informação nas últimas décadas. Se, por um lado, esse processo abriu possibilidades de distribuição mais ampla e democrática de notícias (Kawamoto, 2003), por outro, no Brasil, ele se desenvolveu de maneira desigual, reproduzindo e aprofundando assimetrias históricas, econômicas e territoriais que estruturam o país. Enquanto algumas regiões concentraram investimentos tecnológicos, infraestrutura e maior visibilidade midiática, outros territórios permaneceram em condições de vulnerabilidade informacional; produzindo menos, circulando menos e sendo menos vistos nos fluxos nacionais de informação.

Seria, contudo, analiticamente limitado tratar essas assimetrias apenas sob o ângulo da produção jornalística ou da visibilidade midiática. Por trás da desigualdade informacional há uma clivagem anterior e mais elementar: a conexão. Em sociedades democráticas contemporâneas, o acesso à internet passou a ser reconhecido como condição estrutural para o exercício de direitos fundamentais; o direito à informação, à liberdade de expressão e à participação na esfera pública (Mercedes; Pomin, 2022).

Como argumenta Castells (1999), a sociedade em rede reconfigurou os espaços de organização da vida pública, tornando a conectividade digital uma condição para a participação nos fluxos de informação, poder e comunicação. Estar fora da rede significa, portanto, estar excluído de um espaço onde se organiza a vida pública e onde circula a informação qualificada. Antes de se discutir diversidade de fontes, interatividade ou personalização de conteúdo, é preciso reconhecer que a conectividade constitui o pré-requisito material que condiciona o próprio acesso ao noticiário digital.

Compreender a desigualdade informacional brasileira exige, assim, investigar como a distribuição da internet replica, em sua própria geografia, as mesmas hierarquias históricas e territoriais que estruturam o país; e quem, nessa arquitetura de acesso, fica de fora do ambiente onde a informação qualificada circula.

⁸Em respeito à Portaria CNPq nº 2.664/2026, declaramos o uso de Inteligência Artificial Generativa (IAG) nas seguintes etapas: o ChatGPT foi empregado na fase de redação/revisão do texto, com a finalidade de apoiar a gramática e a coesão textual, além do apoio na formatação conforme as normas da ABNT; o Consensus foi empregado na fase de levantamento bibliográfico, com a finalidade de apoiar a busca por produções científicas relacionadas à temática, a partir dos descritores "plataformização jornalismo" e "Van Dijck plataforma jornalismo". Ressalta-se que os autores assumem integral responsabilidade pelo conteúdo final apresentado.

Nesse contexto, a Amazônia ocupa posição significativa, pois, apesar de sua relevância ambiental, cultural, social e política, segue sub-representada tanto na produção jornalística nacional quanto na própria pesquisa acadêmica sobre jornalismo digital. Ao analisar a cobertura midiática da região norte do Jornal Nacional, Mendonça (2025) observa que, embora a região norte tenha momentos de destaque na programação, esse espaço é, na maioria das vezes, curto e superficial, reforçando uma cobertura centrada em estereótipos, reduzindo a região a uma visão de tragédia e abandono.

Esse déficit de representação encontra correspondência nas lacunas da própria produção acadêmica. As pesquisas sobre jornalismo local digital têm mostrado a importância da proximidade dentro dos territórios, da representação comunitária e da construção de narrativas conectadas às realidades das pessoas. Jerónimo e Torre (2025) mostram um crescimento significativo das investigações sobre jornalismo local digital entre 2013 e 2023, com ênfase na transformação das práticas jornalísticas, nos modelos de negócio, na participação das audiências e no fortalecimento de meios hiperlocais.

No entanto, os autores baseiam-se principalmente na literatura norte-americana e europeia, o que faz com que as produções brasileiras e amazônicas em particular fiquem à margem dessa análise.

Essa invisibilização acadêmica e midiática da Amazônia não pode ser dissociada das condições materiais em que o jornalismo local da região opera. Paralelamente, os estudos sobre plataforma evidenciam como empresas de tecnologia reorganizam os fluxos comunicacionais contemporâneos.

Para Dijck *et al.* (2018), as plataformas digitais são infraestruturas sociotécnicas que estruturam fluxos informacionais, mecanismos de visibilidade e práticas comunicacionais, condicionando quem aparece, quem circula e tem acesso a audiências. No campo jornalístico, isso significa que veículos locais passam a depender cada vez mais das plataformas, como o Instagram, Facebook, TikTok e Youtube, para alcançar audiências, ampliar circulação e garantir sustentabilidade financeira, inserindo-se em ecossistemas marcados pela disputa constante por atenção.

Nesse cenário, veículos locais operam em condições distintas daquelas observadas nos grandes centros midiáticos nacionais, enfrentando fragilidades econômicas, limitações técnicas e relações de dependência política historicamente

presentes no sistema de comunicação brasileiro (Pinto, 2015). Em regiões amazônicas, tais desigualdades são agravadas por dificuldades logísticas e pela concentração histórica da infraestrutura midiática no eixo Sul-Sudeste, o que contribui para aprofundar processos de exclusão comunicacional e desertos de notícias.

Dessa forma, torna-se necessário articular a literatura sobre jornalismo local digital e plataformização para compreender como as plataformas redefinem o fazer jornalístico em territórios marcados por desigualdades estruturais.

O Amapá apresenta-se, nesse sentido, como um território de referência para essa articulação, uma vez que suas especificidades, invisibilização histórica e fragilidade infraestrutural, evidenciam a necessidade de construir o debate a partir do próprio território, e não de aplicar a ele modelos externos. Diante disso parte-se da seguinte pergunta de pesquisa: de que forma a literatura sobre jornalismo local digital e plataformização pode ser articulada para compreender as especificidades do jornalismo amazônico em contextos atravessados por desigualdades estruturais?

Plataformização da comunicação

A digitalização confrontou as empresas jornalísticas com novas formas de produzir e distribuir informação, processo potencializado pela chegada de novos concorrentes, como as redes sociais e os motores de busca, que entraram no mercado com modelos de negócio inovadores e novas formas de se relacionar com os usuários (Canavilhas, 2023). Nesse cenário, compreender as transformações que as plataformas digitais operam sobre o jornalismo exige um quadro analítico capaz de capturar as mudanças tecnológicas em curso e os mecanismos de poder que as sustentam.

Van Dijck, Poell e De Waal (2018) definem a sociedade de plataforma como aquela em que o tráfego social e econômico é crescentemente canalizado por um ecossistema global de plataformas digitais, de natureza predominantemente corporativa, operado por algoritmos e alimentado por dados. Nesse ecossistema, as plataformas não funcionam como simples intermediárias neutras, pois definem ativamente as condições em que pessoas e organizações se conectam e interagem, exercendo uma função estruturante sobre as práticas sociais.

Poell, Nieborg e Van Dijck (2019) aprofundam essa perspectiva ao definir plataformas como infraestruturas digitais reprogramáveis, organizadas em torno da

coleta sistemática, do processamento algorítmico e da monetização de dados. A plataformização, o processo pelo qual essas infraestruturas se expandem e penetram diferentes setores da sociedade, reorganiza práticas culturais ao mesmo tempo em que é moldada por elas.

Segundo Van Dijck, Poell e De Waal (2018), as plataformas digitais organizam-se em uma estrutura hierárquica na qual plataformas infraestruturais, como Google, Facebook, Amazon, fornecem os recursos tecnológicos e os fluxos de dados que sustentam plataformas setoriais voltadas para áreas específicas da sociedade. Essa hierarquia não é neutra, pois concentra poder econômico e tecnológico em poucas corporações transnacionais, às quais os demais atores, incluindo os veículos jornalísticos, se subordinam.

Van Dijck et al. (2018) identificam três mecanismos por meio dos quais essa subordinação se concretiza. O primeiro é a dataficação, processo pelo qual toda ação ou interação online é capturada e transformada em dados. No jornalismo, isso significa que cliques, compartilhamentos e tempo de leitura tornam-se insumos que orientam decisões editoriais, e é justamente por meio desses dados que as maiores plataformas, intencionalmente ou não, passam a governar as notícias (Van Dijck; Poell; De Waal, 2018). O segundo mecanismo é a comodificação, que transforma conteúdos e atividades em mercadorias. Para os veículos jornalísticos, isso se traduz em uma dependência crescente das plataformas digitais como Facebook, YouTube, Instagram e TikTok para alcançar audiências, ampliar a circulação e garantir sustentabilidade financeira. O terceiro é a seleção, que se refere à capacidade das plataformas de filtrar e organizar o que se torna visível por meio de algoritmos. Isso implica que a distribuição das notícias deixa de ser controlada pelos próprios veículos e passa a ser condicionada por critérios definidos externamente, critérios que afetam não apenas a visibilidade de conteúdos individuais, mas de veículos de notícias inteiros (Nieborg; Poell, 2018).

No campo jornalístico, o resultado desse processo é o que Jurno e D'Andréa (2020) chamam de plataformização do jornalismo: a adaptação progressiva das lógicas de produção noticiosa às lógicas de funcionamento das plataformas. Essa adaptação tem consequências concretas, pois cria formatos cada vez mais orientados ao engajamento nas redes, apagando as fronteiras entre opinião e notícia, entre conteúdo jornalístico e publicitário, entre informação e entretenimento (Mattos, 2021). Ao retirar dos veículos

o controle sobre a relação entre audiência, conteúdo e publicidade, a plataformação coloca em risco valores fundamentais do jornalismo democrático (Van Dijck et al., 2018).

É importante reconhecer, contudo, que esse quadro teórico foi construído a partir de contextos norte-americanos e europeus, onde estão sediadas praticamente todas as plataformas infraestruturais. Trata-se de uma perspectiva que oferece categorias analíticas robustas, mas que não foi desenvolvida para dar conta de territórios marcados por conectividade precária, invisibilização histórica e fragilidade infraestrutural. Para veículos locais amazônicos, que já operam sob condições estruturais adversas conforme aponta Pinto (2015), a subordinação às plataformas vai além da dimensão econômica; ela define quais vozes circulam, quais territórios se tornam visíveis e quais histórias têm chance de alcançar audiência. Por isso, examinar esses mecanismos a partir das especificidades do contexto amazônico é analiticamente necessário e é justamente para esse território que a próxima seção direciona o olhar.

Desigualdades estruturais e jornalismo amazônico

Na Amazônia, o jornalismo local digital têm desempenhado um papel fundamental ao dar visibilidade a comunidades historicamente marginalizadas nos fluxos informacionais nacionais.

A demanda por informações relacionadas ao cotidiano e aos interesses específicos das comunidades fortaleceu o desenvolvimento da mídia local e regional, que passou a ocupar espaços pouco contemplados pela imprensa de alcance nacional (Peruzzo, 2005). Ao analisar a cobertura da Região Norte pelo Jornal Nacional, Mendonça (2025) observa que, mesmo quando a região aparece na programação, o espaço é curto e superficial, reforçando estereótipos e reduzindo o território a uma visão de de tragédia e abandono; o que evidencia a lacuna que iniciativas jornalísticas locais buscam preencher.

Os veículos jornalísticos da Região Norte estão distribuídos entre online, rádio, televisão e impresso. O online segue em expansão, com 579 veículos registrados em 2025, impulsionado por iniciativas locais, independentes e digitais (Observatório da imprensa, 2025). No Amapá, esse crescimento também é perceptível, mas ocorre em um contexto de desigualdades que atravessam toda a região. Ainda de acordo com o

Observatório da Imprensa, a região Norte segue com a menor presença entre todas as regiões, o que reflete as assimetrias estruturais, ligadas a falta de conectividade, debilidades estruturais e escassez no financiamento.

Essa falta de estrutura contribui diretamente para a formação dos chamados desertos de notícias, caracterizados pela ausência de veículos jornalísticos locais e pela precarização do acesso à informação e que colocam essas regiões em um lugar de desaparecimento comunicacional. Nesse cenário, a promessa de acessibilidade e democratização atribuída ao jornalismo digital não se concretiza de maneira igualitária em todos os territórios. No Brasil, 20,6 milhões de pessoas vivem em desertos de notícias, municípios sem nenhum veículo de comunicação local (LatAm Journalism Review, 2025).

Dados do Observatório da Imprensa (2025) revelam que, dos 450 municípios da Região Norte, 193 não contam com nenhum veículo jornalístico, 144 possuem apenas um ou dois veículos e somente 113 dispõem de três ou mais. Embora Macapá (AP) apresente uma presença significativa de veículos de comunicação, o estado do Amapá registra sete veículos inativos. Esse quadro evidencia tanto a urgência de políticas públicas voltadas à sustentabilidade de mídias locais quanto a concentração informacional nos grandes centros urbanos, que aprofunda a invisibilidade comunicacional de diferentes territórios amazônicos.

É nesse vácuo informacional que as plataformas digitais passam a ocupar um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que oferecem novos caminhos para a circulação da informação local, impõem lógicas que nem sempre favorecem os territórios mais vulneráveis. As redes sociais têm desempenhado um papel importante na ampliação da circulação da informação na Amazônia. Em uma região marcada por grandes distâncias geográficas e dificuldades históricas de acesso aos meios de comunicação, essas plataformas permitem que comunidades locais produzam e compartilhem conteúdos sobre seus próprios acontecimentos, contribuindo para a valorização da cultura amazônica e para a democratização da comunicação. Por meio das redes sociais, grupos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e moradores de cidades do interior conseguem divulgar suas experiências, tradições e demandas, ampliando a visibilidade de realidades que muitas vezes não recebem espaço nos veículos de comunicação.

Embora as capitais concentrem a maior parte dos veículos, diversas cidades do interior permanecem classificadas como desertos de notícias, situação que dificulta o acesso da população a informações sobre questões políticas, econômicas e sociais de interesse local.

Nesse contexto, surgem páginas comunitárias, coletivos digitais e portais independentes que passam a desempenhar um papel importante na circulação de informações. Mesmo que muitos desses espaços não utilizem integralmente procedimentos tradicionais do jornalismo, como apuração rigorosa, checagem de fatos e critérios editoriais profissionais, eles contribuem para divulgar acontecimentos locais e preservar a memória cultural de diferentes comunidades amazônicas. Dessa forma, as informações passam a circular em diferentes ambientes digitais, permitindo que manifestações culturais e acontecimentos regionais alcancem públicos que antes dificilmente teriam acesso a essas narrativas.

Entretanto, a expansão da comunicação digital não elimina os problemas estruturais que afetam o jornalismo amazônico. Conforme discutem Zacariotti et al. (2023), as desigualdades estruturais presentes na região impactam diretamente a produção jornalística, sobretudo nos pequenos veículos locais. Questões como limitações financeiras, dificuldades logísticas, precariedade da infraestrutura tecnológica e escassez de investimentos comprometem a capacidade desses meios de comunicação de ampliar sua cobertura e alcançar novos públicos. Em muitos casos, os veículos funcionam com equipes reduzidas, poucos recursos técnicos e baixa sustentabilidade econômica.

Os dados do Perfil do Jornalista Brasileiro na Região Norte (2023) reforçam esse cenário ao apontar que muitos profissionais trabalham em condições menos favoráveis quando comparados a outras regiões do país. A concentração de recursos e de empresas de comunicação nas capitais faz com que os veículos do interior enfrentem maiores dificuldades para manter suas atividades, investir em inovação tecnológica e produzir conteúdo de forma contínua. Como consequência, a população de municípios menores permanece com acesso limitado ao jornalismo local, aumentando as desigualdades informacionais dentro da própria região (Zacariotti et al., 2023).

Portanto, embora as redes sociais tenham ampliado as possibilidades de produção e circulação da informação na Amazônia, elas não são suficientes para

resolver os problemas estruturais que afetam o jornalismo regional. O fortalecimento dos pequenos veículos de comunicação depende de políticas de incentivo, investimentos em infraestrutura e mecanismos que garantam maior sustentabilidade econômica para o setor. Somente com a redução dessas desigualdades será possível ampliar o acesso à informação de qualidade e fortalecer a diversidade de vozes presentes no ecossistema comunicacional amazônico.

Jornalismo local amazônico e plataformização

O jornalismo local desempenha funções fundamentais para a democracia e para a vida em comunidade. Ao abordar questões diretamente relacionadas ao cotidiano das populações, esses veículos contribuem para a participação, o fortalecimento da identidade coletiva e a ampliação da visibilidade de grupos e territórios frequentemente marginalizados pela cobertura dos grandes centros de comunicação. No contexto amazônico, essa dimensão assume grande relevância, uma vez que permite que a região produza suas próprias narrativas, rompendo com a lógica histórica de representação concentrada nos centros políticos, econômicos e midiáticos do país. Nesse sentido, fortalecer o engajamento com o público exige que o jornalismo abandone uma visão universalista e adote posições e linguagens que respeitem as especificidades culturais, sociais e emocionais de cada território, buscando um modo novo de dialogar que reflita as particularidades locais (Silva et al., 2025).

Porém, o jornalismo local digital atual não pode ser compreendido apenas como uma adaptação tecnológica dos veículos regionais para o ambiente digital. Em contextos amazônicos, por exemplo, a sua configuração é marcada simultaneamente pelos processos de plataformização da comunicação e pelas desigualdades estruturais que caracterizam esses territórios. Embora as plataformas digitais ampliem as possibilidades de circulação de conteúdos e de alcance de audiências, elas também introduzem novas formas de dependência econômica, tecnológica e algorítmica. Nesse sentido, a plataformização não elimina desigualdades historicamente existentes; ao contrário, tende a reorganizá-las.

A crescente dependência de plataformas como Instagram, Facebook e TikTok ilustra esse cenário. As redes sociais digitais tornaram-se centrais para a distribuição de notícias e para a captação de audiência por parte dos veículos locais (Jerónimo; Torre,

2025), ao mesmo tempo em que algoritmos e métricas de engajamento passam a influenciar decisões editoriais, favorecendo conteúdos mais rápidos, virais e facilmente compartilháveis. Essa lógica contribui para a intensificação da precarização do trabalho jornalístico, amplia a pressão por produtividade e reduz as condições para a realização de coberturas aprofundadas. Nesse processo, o chamado gatekeeping algorítmico transfere parte do controle da circulação das informações para as plataformas, que passam a determinar, em grande medida, quais conteúdos alcançam visibilidade no ambiente digital e, consequentemente, quais vozes e territórios se tornam visíveis.

Por outro lado, a digitalização também abriu novas possibilidades para o jornalismo local. Se anteriormente os meios de comunicação concentravam a produção e a disseminação das informações, hoje diferentes atores sociais podem produzir, compartilhar e circular conteúdos por meio das plataformas digitais. Essa transformação reduz algumas barreiras de entrada e cria oportunidades para iniciativas jornalísticas independentes e hiperlocais, especialmente em regiões historicamente sub-representadas pela mídia nacional. Nesse sentido, o ambiente digital viabiliza a produção e distribuição de conteúdo multimídia de forma rápida e precisa, ampliando as possibilidades de interatividade e de participação do público (Rasêra, 2010).

Assim, a demanda por conteúdos que mostram a história, a cultura e as experiências dos próprios territórios torna o jornalismo local relevante na Amazônia, região frequentemente representada por olhares externos. Nesse contexto, as plataformas digitais funcionam tanto como instrumentos de ampliação dessas vozes quanto como mecanismos que subordinam sua circulação às lógicas algorítmicas globais.

Essa dinâmica adquire contornos particulares. Se, por um lado, as plataformas digitais ampliam as possibilidades de circulação de conteúdos produzidos localmente, por outro, os benefícios dessa ampliação são condicionados por desigualdades históricas relacionadas à infraestrutura tecnológica, ao acesso à conectividade, à concentração de recursos econômicos e à própria visibilidade da região nos fluxos informacionais nacionais. Em outras palavras, as plataformas oferecem novas oportunidades para que narrativas amazônicas alcancem públicos mais amplos, mas não operam em um vazio social. Seus efeitos são mediados pelas condições concretas em que o jornalismo local é produzido.

As plataformas digitais operam no Amapá, e em territórios amazônicos semelhantes, como um campo de tensão permanente: ao mesmo tempo em que oferecem brechas reais para que vozes e territórios historicamente invisibilizados alcancem visibilidade, seus mecanismos algorítmicos, econômicos e infraestruturais tendem a reproduzir e reorganizar as desigualdades estruturais já existentes. O resultado não é nem emancipação nem subordinação pura, mas uma negociação assimétrica e contínua, moldada por condições que distinguem a Amazônia de outras regiões periféricas do país.

Essa distinção tem uma dimensão concreta: a escala geográfica. Cobrir um estado, como o Amapá, a centenas de quilômetros de distância, acessível apenas por barco ou avião, não tem paralelo em outras regiões do país. Essa condição cria um tipo de jornalismo local que é estruturalmente desafiador de ser produzido de fora do território, exigindo presença, proximidade e conhecimento das dinâmicas locais que veículos externos nem sempre conseguem sustentar com regularidade. As plataformas digitais reduzem barreiras de distribuição, mas não resolvem o problema central, pois como a apuração exige presença, e a presença no território tem custo geográfico, logístico e econômico sem equivalente no restante do país. A singularidade não está apenas na invisibilidade informacional, mas na dimensão territorial que torna o jornalismo produzido dentro do território especialmente relevante para a cobertura de certas pautas e comunidades. No entanto, os efeitos dessas transformações não se manifestam de maneira homogênea. Em territórios marcados por desigualdades estruturais, como a Amazônia, fatores relacionados à infraestrutura tecnológica, às condições econômicas, à distribuição desigual de recursos e à histórica marginalização da região influenciam diretamente as possibilidades de atuação do jornalismo local. Dessa forma, compreender o jornalismo amazônico contemporâneo exige analisar simultaneamente sua dimensão local, as lógicas da plataformização e as condições estruturais que moldam o território.

Assim, argumenta-se que a relação entre jornalismo local digital, plataformas e desigualdades amazônicas constitui um campo de tensões. As mesmas ferramentas que ampliam a visibilidade de iniciativas locais podem reforçar dependências e assimetrias preexistentes. Ao mesmo tempo, abrem brechas para a construção de novas formas de produção, circulação e representação da informação. Apesar das transformações

tecnológicas e das crises enfrentadas pelos meios locais, o jornalismo local digital continua desempenhando papel fundamental na coesão social e na democracia, atuando como uma importante instância de conexão entre indivíduos, comunidades e problemas coletivos.

Considerações finais

Este artigo buscou articular as literaturas sobre jornalismo local digital e plataformização para compreender as especificidades do jornalismo amazônico em contextos marcados por desigualdades estruturais. Partiu-se da consideração de que, embora existam estudos consolidados sobre jornalismo local digital e sobre os impactos das plataformas no campo jornalístico, ainda são reduzidas as pesquisas que examinam essas dinâmicas a partir das realidades amazônicas.

A discussão realizada permitiu compreender que os processos de plataformização não se desenvolvem da mesma maneira em todos os territórios. Na Amazônia, e principalmente no Amapá, a produção, circulação e consumo de notícias são atravessadas por limitações infraestruturais, desigualdades de acesso à conectividade e invisibilização midiática.

Nesse contexto, as plataformas digitais operam como um campo de tensão permanente: ao mesmo tempo em que oferecem brechas para a ampliação da visibilidade de narrativas locais, tendem a reproduzir e reorganizar desigualdades estruturais já existentes. Esse processo adquire contornos particulares no Amapá, onde a dimensão territorial torna o jornalismo produzido dentro do território especialmente relevante para a cobertura de certas pautas e comunidades que veículos externos não conseguem alcançar com a mesma proximidade e regularidade.

Dessa forma, destaca-se a necessidade de ampliar as pesquisas sobre jornalismo local digital em contextos amazônicos, especialmente por meio de estudos qualitativos e quantitativos que investiguem como os processos de plataformização se manifestam em diferentes territórios da região. Estudos futuros podem aprofundar a análise sobre o papel do jornalismo local na construção da confiança pública, no fortalecimento dos vínculos comunitários e na representação de grupos historicamente marginalizados. Também se mostra importante examinar de que maneira os algoritmos das plataformas influenciam a circulação de conteúdos jornalísticos amazônidas, além dos impactos da

dependência dessas plataformas para a sustentabilidade econômica, a distribuição e a visibilidade dos veículos locais.

Ao ampliar o debate sobre jornalismo digital para além dos centros hegemônicos de produção acadêmica e midiática, espera-se contribuir para a construção de perspectivas analíticas mais sensíveis às especificidades territoriais e às desigualdades que caracterizam a Amazônia contemporânea.

Referências

ALMEIDA, Fábio Chang de Almeida. *Internet, fontes digitais e pesquisa histórica*. In: Barros, José D' Assunção (org.). *História digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo*. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2022.

ATLAS DA NOTÍCIA. O jornalismo da Região Norte segue em expansão, aponta Atlas da Notícia 2025. **Observatório da Imprensa**, 2025. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/atlas-da-noticia/o-jornalismo-da-regiao-norte-segu-e-em-expansao-aponta-atlas-da-noticia-2025/>. Acesso em: 6 jun. 2026.

CANAVILHAS, J. (2023). Manual de jornalismo na web. **LabCom**.
<https://labcom.ubi.pt/wp-content/uploads/2024/01/2024-Webjornalismo-Joao-Canavilha.pdf>

DIJCK, J. Van; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. **The platform society: Public values in a connective world**. Oxford University Press, 2018.

JURNO, A. C.; D'ANDRÉA, C. Plataforma, a nova mídia? Análise do Facebook a partir de três abordagens. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 178-192, jan./abr. 2020.

JERÓNIMO, Pedro; TORRE, Luísa. **Jornalismo local na era digital: revisão sistemática de uma década de pesquisa**. Texto Livre, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2025.

JACOBS, Daniela; LIMA, Samuel; MICK, Jacques (orgs.). **Perfil do Jornalista Brasileiro: Região Norte**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

KAWAMOTO, Kevin. **Digital Journalism. Emerging Media and the Changing Horizons of Journalism**. New York, 2003.

MENDONÇA, Jessica Alexandra Pereira. **Representação da região norte no Jornal Nacional: uma análise televisiva**. Rio de Janeiro, 2025.

MATTOS, F. Plataformização da notícia e consumo de informação: tendências do jornalismo em um novo ambiente informacional. In: **Anais do 19º encontro nacional de pesquisadores em jornalismo**, 2021, Brasília. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <<https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2021/trabalhos/plataformizacao-da-noticias-e-consumo-de-informacao-tendencias-do-jornalismo-em?lang=pt-br>>. Acesso em: 08jan. 2025.

NIEBORG, D. B.; Poell, T. The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity. **New Media & Society**, Toronto, Vol. 20, n. 11, p. 4275–4292, 2018.

PERUZZO, C.M.K. . Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. **Anuário Unesco/Umesp de Comunicação Regional** , São Paulo, v. 1, n.6, p. 51-78, 2003.

PERUZZO, C.M.K. . Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, v. 43, p. 67-84, 2005.

PINTO, P.A. **Mídia regional brasileira: Características dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul** [tese de doutorado, Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense]. Site do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. 2015.

POELL, T.; NIEBORG, D.; DIJCK, J. Van. Platformisation. **Internet Policy Review**, 8(4), 2019. Disponível em: <https://policyreview.info/concepts/platformisation>.

RASÊRA, Marcella. **Jornalismo digital: do boom aos dias atuais. Uma reflexão sobre a necessidade da convergência de meios decorrente da mudança de hábitos de consumo da notícia**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, v. 12. n.1, 2010.

SANTO, R. Mercedes do Espírito; POMIN, A. Vanessa Camilo. O ACESSO À INTERNET COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL. **Revista Reflexão e Crítica do Direito**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 171–199, 2022. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/rcd/article/view/1996>. Acesso em: 19 maio. 2026.

SILVA, Francilene de Oliveira. *et al.* Tecnodiversidade e sotaques locais: uma discussão sobre jornalismo online em mídias alternativas no brasil. **Revista Contemporânea**. v. 23, p. 4, 2025.



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
49º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UCB – Brasília – DF
De 11 a 14/08/2026 (etapa remota) e 01 a 05/09/2026 (etapa presencial)

ZACARIOTTI, Marluce *et al.* Jornalismo amazônico e desigualdades estruturais: desafios para a comunicação regional. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 46, n. 2, 2023.